



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13629 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT11 - Política de Educação Superior

ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL: o impacto da falta de tempo na fruição e em estratégias coletivas

Maíra Tavares Mendes - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

Agência e/ou Instituição Financiadora: UESC

ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL: o impacto da "falta de tempo" na fruição e em estratégias coletivas

Resumo

Este texto trata da análise de estratégias de permanência mobilizadas por estudantes de uma universidade federal brasileira. Trata-se de pesquisa qualitativa exploratória realizada com estudantes de graduação, por meio da aplicação de questionários e entrevistas. Discute-se o conceito de estratégias de permanência, considerando que a dimensão da temporalidade é relevante especialmente para ingressantes nas universidades a partir das políticas de ação afirmativa. Estes estudantes destoam do perfil idealizado pela instituição, especialmente quanto à necessidade de sobrevivência material, levando muitos deles a terem o tempo de fruir a universidade limitado ou inexistente, o que contribui para que estratégias individuais sejam as prioritárias frente às estratégias coletivas.

Palavras-chave: Direito à Educação. Acesso à Educação Superior. Permanência Estudantil. Temporalidade. Desigualdades educacionais.

1. Introdução

O campo da permanência estudantil é recente nas políticas educacionais. Formulado a partir de demandas do movimento estudantil, passou a ser mais recorrente do que o termo que

lhe precedia, “assistência estudantil”. Ao fazê-lo, algumas marcas discursivas e políticas continuam lhe acompanhando, a exemplo de uma concepção assistencial direcionada a estudantes de classes subalternas. Por outro lado, a ideia de permanência como “duração” permite a abertura para tratar do tempo que circunscreve a experiência estudantil no interior da universidade (SANTOS, 2009).

A categoria da permanência estudantil foi historicamente enfocada a partir de uma perspectiva assistencial (expressa no próprio termo “assistência estudantil”). A ideia de que “estudantes carentes” necessitam de bolsas para se manter numa universidade em que são exceção dominou a visão institucional por longos anos. A adoção de políticas afirmativas, bem como a pressão dos movimentos sociais negro e estudantil, lograram ampliar esta noção de permanência para além das (necessárias) bolsas, ampliação esta que ainda carece de consolidação em termos de políticas e práticas. O próprio decreto do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (BRASIL, 2010), redefiniu a permanência estudantil como um direito, na medida em que estabelece uma política pública com a “finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal”.

Entretanto, as bases das políticas existentes nas universidades ainda guardam muitas marcas de uma perspectiva assistencial, deixando de considerar a multidimensionalidade dos fatores que levam um/a estudante a permanecer no curso até a sua conclusão. Esta perspectiva faz com que a duração de um curso universitário (geralmente de 4 a 5 anos) seja prescritiva, imputando uma carga moralista às pessoas que vivenciam tempos distintos de escolarização por razões diversas.

A universidade é uma instituição fundada para os que tinham o tempo do ócio. Quem poderia dar-se ao luxo de dispor do tempo para a pesquisa “desinteressada”? Gramsci (2014), ao analisar a educação para distintas classes, chama atenção para o fato de que a tradição clássica greco-romana (que funda a ideia ocidental de universidade) está calcada no conhecimento da língua e literatura - da cultura - sem finalidades práticas imediatas. A produção de conhecimento “interessado”, voltado a finalidades práticas, utilitário, foi construído historicamente como um “subproduto da universidade”, visto que manejá-lo é dominar apenas uma pequena parte do tradicional corpo de saberes a que pertence.

A produção científica exige um tempo à disposição que conforma o *habitus* acadêmico (BOURDIEU, 2004): exige que as preocupações de pesquisa invadam todos os aspectos da vida, borrando os limites da vida profissional/estudantil e a vida privada. A/O acadêmica/o profissional passa pelo estágio de aprendiz ao longo de sua formação, que é iniciada na graduação, e ao longo da qual irá adquirir o conjunto de saberes necessários a uma vida plena de dedicação à academia.

Desta maneira, aquelas/es estudantes que não se enquadram neste perfil - de jovens recém-egressas/os do ensino médio com a possibilidade de dedicação integral aos estudos - apresentam enormes dificuldades de permanecer na universidade. Este estudante idealizado

ocupa um lugar social bastante determinado: frequentemente são preparados ao longo de toda a sua vida escolar para ocupar os bancos da universidade - pais que podem investir em escolas privadas, cursinhos preparatórios, reforço escolar, ou aprendizado de língua estrangeira (lugares estes que são em grande medida embranquecidos) não hesitam em investir no que vêem como “futuro dos filhos”.

Entretanto, as políticas de ação afirmativa adotadas pelas universidades brasileiras levaram a um fluxo crescente de estudantes que destoam deste padrão. As cotas para estudantes de escola pública com recorte racial levaram grandes contingentes de filhos de trabalhadores à universidade - a ANDIFES (2019) aponta que 66% dos estudantes de instituições federais pertencem às classes C e D, e ainda que 51,2% dos graduandos são pessoas negras.

A trajetória esperada para jovens das classes populares é, desde o Ensino Médio, da inserção precoce no mercado de trabalho considerando a necessidade de complementação de renda familiar, quando não são os principais provedores - “arrimo de família”. O ingresso na universidade para as classes populares exige, portanto, a adoção de uma das duas estratégias: conciliar trabalho e estudo ou abrir mão do trabalho para estudar (ALMEIDA, 2009).

Para Almeida (2009), o conceito de fruição é definido como o uso/apropriação do amplo potencial formativo de uma universidade. Para estudantes que trabalham, a fruição da universidade acaba sendo limitada pelo tempo disponível: “Todo tempo é precioso, disputado, gerando descontentamentos e irritação até mesmo com fatos aparentemente menores” (ALMEIDA, 2009, p. 132).

O conceito de estratégias de permanência é importante para captar os movimentos de estudantes visando efetivar o direito à educação superior, consistindo do conjunto de discursos, ações ou movimentos empreendidos por estudantes ou pelas instituições de ensino superior, com o intuito de favorecer a sobrevivência e a manutenção com qualidade dos estudantes em seus cursos até sua conclusão.

O objetivo deste texto é analisar as estratégias de permanência de estudantes de graduação em uma universidade federal brasileira. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa exploratória contactou estudantes com determinados marcadores sociais, enfatizando gênero (estudantes mães), raça (estudantes negros e indígenas), orientação sexual (estudantes LGBT) e corporalidade (estudantes com deficiência e/ou transtornos globais do desenvolvimento - TGD). Para tal, foram aplicados 92 questionários online (público amplo) e, dentre estes, entrevistamos 29 estudantes com os marcadores supracitados. As entrevistas foram transcritas e analisadas por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2016).

2. Permanência e temporalidade

Uma das primeiras dificuldades apresentadas pelos estudantes está na suposição dos professores de que já possuem determinados conhecimentos tidos como básicos. Esta suposição fundamenta-se no programa do Ensino Médio, que é objeto de avaliação pelos exames de seleção. Desta maneira, é recorrente que os professores iniciem os cursos considerando que estas habilidades já são dominadas - leitura analítica, cálculo, referências clássicas, expressão e escrita acadêmicas.

A escola pública é caracterizada como o espaço em que a “base” não foi firmada. As metáforas da “defasagem”, do “déficit”, são imagens que remetem a um tempo que não foi dedicado no momento tido como certo. Ser de escola pública marca uma identidade, num contexto em que a implementação das cotas resgatou a possibilidade de se transformar numa identidade positiva. No entanto, as dificuldades na vida universitária empurram essa identidade para a sensação de *atraso* - uma sensação de inadequação - em relação ao que a universidade espera. Para sanar este problema, as estratégias mobilizadas pelos estudantes envolvem “correr atrás”, “passar noites estudando”, “se debruçar”, “ralar muito”, “trabalhar bem mais para conseguir entender”. São estratégias que envolvem uma temporalidade distinta para buscar superar o que é tido como déficit.

Além deste aspecto que trata de dinâmicas temporais, há a queixa recorrente sobre o tempo de deslocamento devido à distância do campus. Dentre os respondentes do questionário de pesquisa que pensaram em trancar ou desistir do curso, a distância do campus é a quinta motivação mais recorrente, ficando atrás apenas de problemas financeiros, de trabalho, saúde mental e questões pedagógicas.

As estratégias de sobrevivência material listadas envolvem a conciliação entre trabalho e estudos, frequentemente acompanhada da (única) opção pelo curso noturno. É destacado entre estes estudantes o fato de não terem condições (tempo) para fruição das diversas atividades que ocorrem no espaço da universidade pública. Há ainda os casos em que os auxílios são determinantes para manutenção, permitindo à/ao estudante maior tempo de dedicação aos estudos.

Para além das estratégias de permanência que envolvem recursos diretamente materiais, há ainda as estratégias de permanência no campo do simbólico (SANTOS, 2009). Podemos verificar nas entrevistas realizadas que boa parte dos estudantes se utiliza de estratégias individuais - desempenho acadêmico - para permanecer. As/os estudantes citam estudar ainda mais para se sair melhor nos estudos, frequentemente com alta carga de cobrança, impactando diretamente na saúde mental. Trata-se de estratégia para fazer “render o tempo”, maximizando todo o tempo disponível para converter em um melhor desempenho.

Entretanto, a busca de apoio junto a círculos mais íntimos também é uma estratégia relevante. Assume papel central nos momentos críticos o apoio familiar, o que é especialmente pronunciado no caso das estudantes mães, as quais frequentemente têm esta como única possibilidade de compartilhar o cuidado com seus filhos. São mencionados

também grupos de colegas/amigos próximos, estabelecendo redes de apoio coletivas, e eventualmente alguns professores. Desta maneira, é o tempo da pessoa próxima, com quem se divide algum grau de intimidade, que é chamado a contribuir com a formação da/o estudante.

Diferente do que supúnhamos no início da pesquisa - a de que as estratégias de permanência coletivas teriam papel preponderante para a permanência - os vínculos a grupos fora da rede familiar e amigos próximos tiveram recorrência significativamente menor. Entretanto, ainda que minoritárias, as estratégias simbólicas coletivas que mobilizam o pertencimento a identidades e o reconhecimento de grupo, e especialmente a organização coletiva, são fatores poderosos para a permanência estudantil, levando à ressignificação de processos e da própria experiência universitária.

A organização coletiva torna-se importante não apenas para o processo de estabelecimento de vínculos e ruptura de isolamento, mas por se tratar de uma estratégia informal que leva à apresentação de demandas à instituição. Ou seja, a organização coletiva tem o potencial de criar estratégias formais, por meio da reivindicação junto aos órgãos institucionais. Cabe ressaltar que o próprio Programa Nacional de Assistência Estudantil nasceu por meio da luta histórica de estudantes, consubstanciada em decreto presidencial (BRASIL, 2010). Além disso, permitiu a compreensão de processos constituintes da própria identidade, abrindo a possibilidade de dinâmicas de enfrentamento e desnaturalização de situações discriminatórias.

3. Considerações

Discutimos o conceito de estratégias de permanência e suas tipologias: material e simbólica, formal e informal, individual e coletiva. A necessidade de sobrevivência material dos estudantes leva muitos deles a terem o tempo de fruir a universidade limitado ou inexistente, contribuindo para que estratégias individuais, a exemplo do foco no desempenho acadêmico (“correr atrás do tempo perdido” estudando “nas dobras do tempo” como no ônibus, nas madrugadas, horário de almoço, etc) sejam as prioritárias.

Por outro lado, as/os estudantes também lançam mão de estratégias coletivas. As mais frequentes são as que apelam para o apoio de círculos próximos, como familiares e amigos, com quem os estudantes podem contar para “dispor de seu tempo”. De maneira menos frequente, porém com importância de relevo, estão as estratégias de organizações coletivas, por meio de entidades e grupos que permitem reivindicar avanços nas políticas de permanência e assim transformar estratégias informais em estratégias formais. Estas políticas têm o potencial de propiciar a equiparação do direito à educação para grupos que o tiveram historicamente negado.

A perspectiva do tempo/temporalidade na permanência tem a capacidade de interpelar

a instituição a pensar as políticas de ação afirmativa de maneira mais ampla do que apenas para o ingresso. É fundamental desenvolver políticas que combatam as causas da evasão de estudantes que destoam do perfil idealizado pela universidade. Nesta perspectiva, a política de permanência poderia ser pensada como reparação - e portanto como ação afirmativa: um reconhecimento institucional de desigualdades historicamente estruturadas, e uma ação efetiva no sentido de revertê-las.

Referências

ALMEIDA, Wilson Mesquita. **USP para Todos?**. São Paulo: Musa, 2009.

ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018**. Uberlândia, MG: UFU, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 7.566**, de 23 de setembro de 1909. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 05 fev. 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.